

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.054 - SP (2019/0248695-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : VARNEI CASTRO SIMÕES
AGRAVANTE : FERNANDA VIVEIRA ALVES SIMOES
ADVOGADO : VARNEI CASTRO SIMÕES (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP117411
AGRAVANTE : COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO CONDOMÍNIO
MIRANTE CAETANO ALVARES II
AGRAVANTE : CARLA ARIOSO DIAS BELLO
AGRAVANTE : RUI STEVANIN JUNIOR
AGRAVANTE : ROGERIO BORGES DO CARMO
AGRAVANTE : SILVIO ROBERTO RIZZO
AGRAVANTE : MONICA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : EDUARDO OLIVEIRA DA MOTA
AGRAVANTE : CARLOS ANTONIO FAEDO
ADVOGADOS : JADER FREIRE DE MACEDO JUNIOR - SP053034
DONIZETI BESERRA COSTA - SP141210
MARIA CAROLINA BITTENCOURT DE MACEDO - SP257940
FERNANDO FERNANDES - SP299082
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE. ENTREGA DAS CHAVES. DÉBITO PENDENTE. VIOLAÇÃO DO ART. 489, §1º, DO NCPC. AUSÊNCIA. DANOS MORAIS. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

VARNEI CASTRO SIMÕES e outra (VARNEI e outra) ajuizaram ação de imissão na posse contra COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO CONDOMÍNIO MIRANTE CAETANO ÁLVARES II - 2ª ETAPA e outros (COMISSÃO e outros), pleiteando ser imitidos na posse de imóvel, bem como indenização por danos morais, sob o argumento de que o imóvel fora adjudicado a eles em ação de adjudicação compulsória, estando o bem registrado em seu nome, motivo pelo qual seria indevida a cobrança pela COMISSÃO de valores a título de honorários advocatícios e taxas condominiais como requisito à obtenção das chaves da unidade imobiliária.

Superior Tribunal de Justiça

A sentença julgou improcedente o pedido (e-STJ, fls. 588/592).

Interposta apelação por VARNEI e outra, o Tribunal paulista deu-lhe provimento, nos termos do acórdão relatado pela Des. MÔNICA DE CARVALHO assim ementado:

IMISSÃO NA POSSE - Imóvel - Pretensão do proprietário - Legitimidade da Comissão de Representantes, cuja atuação permitiu a conclusão da obra - Condicionamento a pagamento de honorários advocatícios e taxa de entrega de chaves - Impossibilidade - Verbas que ou possuem credor diverso ou não foram devidamente justificadas, e poderão ser exigidas em ação própria Inaplicabilidade da exceção do contrato não cumprido - Afastamento da alegação de que é coproprietária a esposa do autor, já que tal questão deve ser tratada em ação própria entre eles - Dano moral inexistente - Procedência parcial - Recurso provido em parte (e-STJ, fl. 645).

Os embargos de declaração opostos por COMISSÃO e outros e por VARNEI e outra foram ambos rejeitados (e-STJ, fls. 683/686 e 693/696).

Inconformados, VARNEI e outra interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando violação dos arts. 186, 187, 247, 389, 395, 927 e 944 do CC/02, 82, §2º, 84, 85, §§, 489, §1º, do NCPC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que **(1)** o acórdão recorrido foi contraditório por reconhecer a ilicitude da conduta da COMISSÃO, mas não condená-la ao pagamento de indenização por danos morais; **(2)** os danos morais foram configurados diante da não imissão de VARNEI na posse do imóvel; e **(3)** os honorários advocatícios devem ser suportados integralmente por COMISSÃO e outros.

VARNEI e outra ofereceram contrarrazões (e-STJ, fls. 701/708).

Em juízo de admissibilidade, a Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal bandeirante inadmitiu o apelo nobre ante a ausência de vício de fundamentação, a falta de demonstração da ofensa a lei federal, a incidência da Súmula nº 7 do STJ e a inexistência de cotejo analítico entre os julgados. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Opostos embargos de declaração por VARNEI e outra, foram rejeitados (e-STJ, fls. 767/768).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 782/790).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da fundamentação do julgado

VARNEI e outra alegaram que o acórdão teria incorrido em contradição ao determinar a imissão na posse mas não reconhecer os danos morais.

Contudo, o vício apontado não evidencia contradição, porquanto o acórdão vergastado esclareceu que não houve reconhecimento de que o débito era indevido, mas apenas de que não poderia condicionar a imissão do adjudicatário na posse do imóvel.

Assim, inexistente a alegada violação do art. 489, §1º, do NCPC.

(2) Dos danos morais

VARNEI e outra sustentaram que o reconhecimento da ilicitude da conduta da COMISSÃO ao inviabilizar a imissão na posse ensejava a condenação em indenização por danos morais.

No entanto, o Tribunal paulista afirmou que o provimento jurisdicional não reconhecia ser o débito indevido, mas apenas não ser a via eleita pela COMISSÃO adequada para a satisfação do direito, nos termos da seguinte argumentação:

*Por fim, não se caracterizou o dano moral.
Como já se disse acima, não é que a exigência dos réus seja injusta, é que ela deverá ser objeto de discussão própria, e não é motivo para impedir que o proprietário tome posse no imóvel.
Nesse passo, não se vislumbra o ilícito que poderia gerar o direito à indenização (e-STJ, fls. 647/648).*

Verifica-se que o fundamento acima destacado não foi impugnado de forma específica nas razões do recurso especial, a atrair a incidência da Súmula nº 283 do STF, por analogia.

(3) Dos honorários advocatícios

Quanto à sucumbência, o acórdão recorrido concluiu que houve sucumbência recíproca.

É cediço que a distribuição da sucumbência é norteadada pelo número de pedidos acolhidos e pela proporcionalidade do decaimento de cada uma das partes em relação a cada um dos pedidos. Vejam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETÓRIOS. MULTA AFASTADA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO DECENAL. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. NÚMERO DE PEDIDOS.

[...]

9. A distribuição do ônus de sucumbência é pautada no exame do número de pedidos formulados e da proporcionalidade do decaimento de cada uma das partes. *Precedentes.*

10. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1.820.408/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 28/10/2019, DJe 30/10/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JULGAMENTO UNIPESSOAL. POSSIBILIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REDISTRIBUIÇÃO.

1. É possível o julgamento unipessoal do recurso pelo Relator quando o acórdão recorrido contrariar a jurisprudência dominante desta Corte, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC.

2. A distribuição dos ônus sucumbenciais, quando verificada a existência de sucumbência recíproca, deve ser pautada pelo exame do número de pedidos formulados e da proporcionalidade do decaimento de cada uma das partes em relação a cada um desses pleitos.

3. Agravo no recurso especial não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.422.823/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 22/5/2014, DJe 3/6/2014)

Superior Tribunal de Justiça

Da análise dos autos, observa-se que VARNEI e outra formularam dois pedidos: imissão na posse e indenização por danos morais. Assim, tendo em vista a procedência apenas do pleito de imissão na posse, o acórdão recorrido não merece reforma ao concluir pela sucumbência recíproca.

Assim, não merece reforma o acórdão nesse ponto.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator